

Secretaria de Obras, observando-se as classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, conforme as Tabelas em anexo.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Fica alterado o orçamento do Departamento de Águas e Energia Elétrica — DAEE, mediante a suplementação de Cz\$ 10.846.515,00 (dez milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quinze cruzados), observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação constante das Tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 4.º — A suplementação de que trata o artigo anterior será coberta com recursos a que alude o inciso II do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, em decorrência do disposto no artigo primeiro.

Artigo 5.º — Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 27.984, de 29 de dezembro de 1987, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de junho de 1988

ORESTES QUÉRCIA

José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda

Frederico Mathias Mazzucchelli,

Secretário de Economia e Planejamento

Antonio Carlos Mesquita, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de junho de 1988.

TABELA 1		Cz\$
Suplementação		
15	Secretaria de Obras	
15.40	Entidades Supervisionadas	
4.3.1.1	Auxílios para Despesas de Capital	10.846.515,00
	Subtotal	10.846.515,00
	TOTAL	10.846.515,00

Projetos	Corrente	Capital	Total
Projetos do DAEE			
13.76.296.7.288		10.846.515,00	10.846.515,00
TOTAIS	10.846.515,00		10.846.515,00
15.56	Depto. de Águas e Energia Elétrica-DAEE		
4.1.1.0	Obras e Instalações		10.846.515,00
	Subtotal		10.846.515,00
	TOTAL		10.846.515,00

Projetos	Corrente	Capital	Total
Águas Subterrâneas			
13.76.296.1.140		10.846.515,00	10.846.515,00
TOTAIS	10.846.515,00		10.846.515,00

TABELA 2		Cz\$
Suplementação		
15	Secretaria de Obras	
	Administração Indireta	
15.56	Depto. de Águas e Energia Elétrica-DAEE	
	TOTAL	10.846.515,00
	2.ª Quota	10.846.515,00

TABELA 3		Cz\$
Suplementação		
Governo do Estado de São Paulo	Orçamento Programa do Estado	
Discriminativo da Despesa por Subprograma a Nível de Elemento		
Orgão 15.56 — Depto. de Águas e Energia Elétrica-DAEE		
Categoria Econômica	Especificação	Subprogramas
Total	13.76.296	
4.1.1.0	Obras e Instalações	
10.846.515,00	10.846.515,00	
TOTAIS		
10.846.515,00	10.846.515,00	

DECRETO N.º 28.508, DE 17 DE JUNHO DE 1988

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria da Saúde, para repasse ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP, visando ao atendimento de Despesas de Capital

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 5.º, da Lei n.º 5.966, de 4 de dezembro de 1987,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cz\$ 9.120.000,00 (nove milhões, cento e vinte mil mil cruzados) suplementar ao orçamento da Secretaria da Saúde, observando-se as classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, conforme as Tabelas em anexo.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos, a que alude o inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Fica alterado o orçamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP, mediante a suplementação de Cz\$ 9.120.000,00 (nove milhões, cento e vinte mil cruzados), e inclusão do Elemento 4.2.6.0 — Const. ou aumento Cap. Emp. Comerc. ou Financ., observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação constante das tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 4.º — A suplementação de que trata o artigo anterior será coberta com recursos a que alude o inciso II do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, em decorrência do disposto no artigo primeiro.

Artigo 5.º — Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 27.984, de 29 de dezembro de 1987, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de junho de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda

Frederico Mathias Mazzucchelli,

Secretário de Economia e Planejamento

Antonio Carlos Mesquita, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de junho de 1988.

TABELA 1		Cz\$
Suplementação		
09	Secretaria da Saúde	
09.40	Entidades Supervisionadas	
4.3.1.1	Auxílios para Despesas de Capital	9.120.000,00
	Subtotal	9.120.000,00
	TOTAL	9.120.000,00

Atividades	Corrente	Capital	Total
Ativ. do HC da Fac. Med. de Rib. Preto — USP			
13.75.428.8.035		9.120.000,00	9.120.000,00
TOTAIS	9.120.000,00		9.120.000,00
09.56	Hosp. das Clínicas Fac. Med. Rib. Preto — USP		
4.2.6.0	Const. ou Aumento Cap. Emp. Comerc. ou Fina.		9.120.000,00
	Subtotal		9.120.000,00
	TOTAL		9.120.000,00

Atividades	Corrente	Capital	Total
Assistência Hospitalar Geral			
13.75.428.2.049		9.120.000,00	9.120.000,00
TOTAIS	9.120.000,00		9.120.000,00

TABELA 2		Cz\$
Suplementação		
09	Secretaria da Saúde	
	Administração Indireta	
09.56	Hosp. das Clínicas Fac. Med. Rib. Preto — USP	
	TOTAL	9.120.000,00
	2.ª Quota	9.120.000,00

TABELA 3		Cz\$
Suplementação		
Governo do Estado de São Paulo	Orçamento-Programa do Estado	
Discriminativo da Despesa por Subprograma a Nível de Elemento		
Orgão 09.56 — Hosp. das Clínicas da Fac. de Med. Rib. Preto USP		
Categoria Econômica	Especificação	Subprogramas
Total	13.75.428	
4.2.6.0	Const. ou Aumento Cap. Emp. Comerc. ou Fina.	
9.120.000,00	9.120.000,00	
TOTAIS		
9.120.000,00	9.120.000,00	

DECRETO N.º 28.509, DE 17 DE JUNHO DE 1988

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria da Promoção Social, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 5.º, da Lei n.º 5.966, de 4 de dezembro de 1987,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cz\$ 4.888.768,01 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e oito cruzados e um centavo) suplementar ao orçamento da Secretaria da Promoção Social, observando-se as classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, conforme as Tabelas em anexo.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Governo Federal, através de Convênio FUNABEM, conforme dispõe o inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 27.984, de 29 de dezembro de 1987, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria do Governo

Secretário
Antonio Carlos Mesquita

Despachos do Governador
De 16-6-88

No processo ATL-3925-87, sobre contratação, para uma função-atividade de Assistente técnico de Direção III, sob o regime jurídico da CLT, no Ipesp: "Autorizo"

De 17-6-88

No processo SJ-228.755-86, sobre convênio entre o Estado de São Paulo (Secretaria da Justiça) e o município de São Luiz do Paraitinga: "Tendo em vista a exposição do Secretário da Justiça, bem como o parecer 628-88, da Assessoria Jurídica do Governo e aditamento da Chefia, autorizo a retri-ratificação do convênio celebrado com o município de São Luiz do Paraitinga, objetivando a construção do edifício do Fórum daquela comarca, na forma proposta, observando-se as normas legais e regulamentares pertinentes"

No processo SF-8.786-87, em que é interessada a Secretaria da Fazenda sobre preenchimento de funções-atividades: "Diante dos elementos de instrução do processo e dos pronunciamentos das Secretarias da Administração e de Economia e Planejamento, Autorizo a Secretaria da Fazenda a adotar as providências necessárias objetivando o preenchimento de 5 funções-atividades, sendo 4 de Atendente e 1 de Cozinheiro, nos termos do artigo 1.º, inciso I, da Lei 500, de 13 de novembro de 1974, com a redação dada pelo artigo 203, da Lei Complementar 180, de 12 de maio de 1978, mediante aproveitamento de candidatos habilitados remanescentes de processos seletivos realizados por outras Secretarias, obedecidos os preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie."

No processo DER-200.868-87-ST, em que é interessado o Departamento de Estradas de Rodagem sobre provimento de cargos "Diante dos elementos de instrução do processo, autorizo o Departamento de Estradas de Rodagem — DER, a adotar as providências necessárias objetivando o provimento de 131 cargos, nos termos da legislação vigente, destinados à instalação efetiva da Seção de Residência de Conservação de Jales, sendo: 2 de Ajudante de Carpinteiro, 1 de Ajudante de Pedreiro, 3 de Ajudante de Pintor, 1 de Auxiliar de Engenheiro, 1 de Auxiliar de Oficina, 2 de Auxiliar Técnico de Equipamento Rodoviário, 2 de Carpinteiro, 1 de Contínuo-Porteiro, 1 de Eletricista, 2 de Engenheiro I, 5 de Escriturário I, 6 de Feitor, 5 de Garagista, 1 de Jardineiro, 1 de Mecânico, 14 de Motorista, 5 de Operador de Máquinas Rodoviárias Nível I, 5 de Operador de Máquinas Rodoviárias Nível II, 1 de Operador de Telecomunicações, 1 de Pedreiro, 3 de Pintor, 1 de Servente, 1 de Soldador, 1 de Técnico de Equipamento Rodoviário, 1 de Torneiro Mecânico, 58 de Trabalhador Braçal e 6 de Vigia, me-

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de junho de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda

Frederico Mathias Mazzucchelli,

Secretário de Economia e Planejamento

Antonio Carlos Mesquita, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de junho de 1988.

TABELA 1		Cz\$
Suplementação		
11	Secretaria da Promoção Social	
11.06	Instituto de Assuntos da Família	
3.1.2.0	Material de Consumo	203.300,40
3.2.5.9	Outras Transferências a Pessoas	797.579,61
	Subtotal	1.000.880,01
	TOTAL	1.000.880,01

Atividades	Corrente	Capital	Total
Assistência a Família			
15.81.483.2.243	1.000.880,01		1.000.880,01
TOTAIS	1.000.880,01		1.000.880,01

11.40	Entidades Supervisionadas		
	Transferências Operacionais		1.995.760,00
	Subtotal		1.995.760,00
4.3.1.1	Auxílios para Despesas de Capital		1.892.128,00
	Subtotal		1.892.128,00
	TOTAL		3.887.888,00

Atividades	Corrente	Capital	Total
Ativ. da Fund. Est. do Bem-Estar do Menor			
15.81.483.8.145	1.995.760,00	1.892.128,00	3.887.888,00
TOTAIS	1.995.760,00	1.892.128,00	3.887.888,00

TABELA 2		Cz\$
Suplementação		
11	Secretaria da Promoção Social	
	Administração Direta	
11.06	Instituto de Assuntos da Família	
	TOTAL	1.000.880,01
	2.ª Quota	1.000.880,01
	Administração Indireta	
11.45	Fundação Estad. Bem-Estar Menor FEBEM-SP	
	TOTAL	3.887.888,00
	2.ª Quota	3.887.888,00

DECRETO N.º 28.510, DE 17 DE JUNHO DE 1988

Fixa a frota de veículos da Administração Superior da Secretaria e da Sede, da Secretaria da Segurança Pública.

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — A frota de veículos da Administração Superior da Secretaria e da Sede, da Secretaria da Segurança Pública, fica fixada nas seguintes quantidades:

Grupo	"A"	—	2 (dois) veículos;
Grupo	"B"	—	2 (dois) veículos
Grupo	"S-1"	—	59 (cinquenta e nove) veículos;
Grupo	"S-2"	—	14 (quatorze) veículos;
Grupo	"S-3"	—	5 (cinco) veículos;
Grupo	"S-4"	—	30 (trinta) veículos.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 24.571, de 27 de dezembro de 1985.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de junho de 1988

ORESTES QUÉRCIA

Luiz Antonio Fleury Filho,

Secretário da Segurança Pública

Antonio Carlos Mesquita, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de junho de 1988.

diante abertura de concurso público que fica autorizado a realizar ou, se for o caso, mediante aproveitamento de candidatos habilitados remanescentes de concursos públicos realizados pela própria autarquia, obedecidos os preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie."

No processo CAR-209-88—SPS, em que é interessada a Secretaria da Promoção Social, sobre convênios: "Tendo em vista a representação do Secretário da Promoção Social e a manifestação da Chefia da Assessoria Jurídica do Governo, autorizo a celebração de convênios entre o Estado de São Paulo, pela Pasta mencionada e as Entidades Sociais Filantrópicas relacionadas às fls. 4, objetivando o atendimento ao Menor Carente e Abandonado, nos moldes da minuta proposta, observando-se as normas legais e regulamentares pertinentes.

Relação das entidades que solicitaram convênio no exercício de 1988, visando ao desenvolvimento do Projeto de Atendimento ao Menor Carente e Abandonado, para autorização do Senhor Governador. Entidades

Centro de Ação Social "Espaço Livre" — Capital
Associação Casa da Criança "N.ª S.ª Aparecida" — Capital
Centro Social "N.ª S.ª do Bom Parto" — Capital
Assistência Social Pinhalense — St.º Antonio do Pinhal
Casa da Criança "Maria de Nazaré" — Coronel Macedo
Centro de Assistência Social — Capão Bonito
Lar Batista de Crianças — Apiaí
Comunidade de Promoção do Menor — CPM — "Comunidade Sorriso" — Bragança Paulista

Lar Infantil "Aninha" — LIA — Mogi
Associação de Beneficência e Educação — Sta. Barbara D'Oeste
Associação Filantrópica Senhoras de Hortolândia — Sumaré
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE — Torrinhã
Consórcio Intermunicipal de Promoção Social — Bauru — "Bom Pastor" — Instituto de Valorização, Promoção e Integração Humana — Bauru
Associação Assistencial "Crescendo Feliz" — Crefeliz — Centro Comunitário Área I — Nova Granada
Assistência Social Espírita de Junqueirópolis — Junqueirópolis
Sociedade Amigos de Rosana — Teodoro Sampaio
Associação de Pais e Amigos do Excepcionais — APAE — Adamantina — LEAIS — Lar Espírita Assistencial "Irmã Sheila" — Quatá
Associação Beneficente "Vila Santa Helena" — Parapuã

No processo SPS-1.058-88, em que é interessada a Secretaria da Promoção Social sobre convênios: "Tendo em vista a exposição de motivos do Secretário da Promoção Social e os termos da manifestação da Chefia da Assessoria Jurídica do Governo, autorizo a celebração de convênios com os Municípios relacionados as fls. 4 dos autos, objetivando transferência de capital para construção, reforma, ampliação ou término de Núcleos de Promoção Social e de Centros Comunitários, na forma proposta, observando-se as normas legais e regulamentares pertinentes à espécie."